

## META 9 - ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Maria Margarida Machado<sup>1</sup>

**Meta 9:** Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três vírgula cinco por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.

Para a compreensão do alcance da Meta 9, que trata do enfrentamento da questão do analfabetismo, é preciso analisar os dados de 2003 a 2014, publicados pelo IBGE, indicam que o índice de analfabetismo da população de quinze anos e mais cai de 12% para 8,3%. Essa redução percentual é acompanhada de uma pequena redução também nos dados absolutos, embora o volume de 13 milhões de pessoas não alfabetizadas ainda represente um desafio. Esses dados indicam que a taxa de alfabetização que deveria chegar a 93,5% em 2015 encontra-se em 91,7%.

O analfabetismo cai de forma mais expressiva entre os jovens de 15 a 24 anos. Em 2004 era de 7,2% dentre esses jovens e, em 2016, segundo Pnad/IBGE (BRASIL, 2016a), reduz para 2,7% esse percentual. Já entre os idosos, em 2004, tínhamos 27,7% de analfabetos e chegamos a 40,4% em 2016. Portanto, as ações de alfabetização precisam ser avaliadas, quanto a sua efetividade para alcançar o público-alvo.

Quanto à perspectiva de "erradicar" o analfabetismo absoluto até o final da vigência do plano, além de equivocado o conceito, pois não se trata de extirpar ou arrancar pela raiz algo que é produção de uma sociedade desigual e precisa ser tratado como questão sociológica. O que se percebe é que a universalização da alfabetização, em ofertas diferenciadas e atendendo às especificidades, por exemplo, da população idosa, daqueles que estão nas áreas rurais das regiões Norte e Nordeste, das pessoas com necessidades educativas especiais, não ocorre no país.

A alfabetização de jovens e adultos, para além das questões metodológicas e pedagógicas, precisa ser enfrentada como um problema de política pública de Ensino Fundamental. As experiências históricas, desde as campanhas da década de 1940, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) nas décadas de 1970 e 1980, o Programa Alfabetização Solidária nos anos 1990 e o Programa Brasil Alfabetizado nos dois mandatos do governo Lula e no mandato da ex-presidenta Dilma, confirmam isso.

Os dados revelam que à medida que os programas de alfabetização avançam, as matrículas do primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) reduzem. Em 2007, segundo dados do INEP, as matrículas desse segmento eram de 1.160.879 jovens e adultos, reduzindo para 628.393 matrículas em 2016.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Com certeza, todas as iniciativas dos programas de alfabetização implementadas nos últimos vinte anos resultaram em algum acesso à escolarização, mas nenhuma delas conseguiu estender a escolaridade ao público que dela participou com resultados que correspondessem pelo menos à conclusão de quatro anos de estudos.

Dessa reflexão, o que se apreende inicialmente é que, se a obrigatoriedade reafirmada na Emenda Constitucional 59/2009 (sete a catorze anos) tivesse de fato enfrentado o analfabetismo entre jovens e adultos, ele não seguiria existindo. Assegurar a oferta gratuita da educação básica para os que a ela não tiveram acesso na idade própria, hoje, exige que primeiro se avalie com rigor o que já foi feito, visto que a imensa maioria desses jovens e adultos não alfabetizados de hoje já teve passagens pela escola e segue sem ser alfabetizada.

Nesse sentido, cabe aos gestores públicos pelo menos identificar esses jovens e adultos em suas características peculiares para a definição de uma política de expansão da escolaridade. Isso significa saber onde residem e quais os limites de acesso a classes de educação de jovens e adultos; quais possuem necessidades especiais de aprendizagem e demandaria um atendimento diferenciado; quais estão em situação de vulnerabilidade social que demandariam outras políticas sociais integradas à oferta de escolaridade.

Isso nos remete ao terceiro indicador dessa meta que é o analfabetismo funcional. Para os estudos anteriores de EJA, essa medida representava ter menos de quatro anos de estudos concluídos, porém para o INEP, em relatório publicado pela Dired/Inep em 2016, esse dado será avaliado a partir de pessoas que têm menos de cinco anos de estudos.

Essa mudança em termos de anos de estudos precisa ser discutida pela área de EJA, pois os alunos dessa modalidade não estão no Ensino Fundamental de nove anos, nesse sentido, o pensar sobre o conceito de alfabetismo funcional tem que relacionar-se com conhecimentos básicos adquiridos e não com anos de estudos, pois muitas ofertas de EJA não seguem a oferta seriada de anos de estudos.

Para avaliar os impactos de atendimento ao primeiro segmento da EJA para chegar a reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional, primeiro tem que haver um acordo sobre o conceito de analfabetismo funcional (menos de quatro ou cinco anos de ensino), em todo caso, quando analisamos os dados de analfabetismo funcional (BRASIL, 2016b) é necessário considerar que dependendo da faixa etária esse índice é muito diferenciado, entre os adultos até 50 anos ela alcança 20% e para os maiores de 50 anos há um escala crescente que alcança 95% de analfabetos funcionais.

Conforme a análise do próprio INEP (BRASIL, 2016b), entre 2004 e 2014, o percentual de analfabetismo funcional caiu 6,8 pontos percentuais, restando ainda 8,4 pontos percentuais para alcançar a meta proposta para 2024 e isto não ocorrerá sem um incremento nas matrículas do primeiro segmento da EJA.



## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Brasília, DF: IBGE, 2016a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016b.

---

### Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central  
CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / [conape2018@gmail.com](mailto:conape2018@gmail.com)